



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Data: 09 de junho de 2021

1 Aos nove dias do mês de junho de 2021, em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo
2 coronavírus – COVID-19, que impõe a impossibilidade temporária de realização de reuniões
3 presenciais, foi realizada reunião ordinária deste Conselho Municipal de Assistência Social por meio
4 de videoconferência, utilizando a plataforma google.meet. Participaram da presente reunião os(as)
5 seguintes conselheiros e conselheiras: Jacqueline Marçal Micali, Gisele de Cassia Tavares,
6 Rosemeiri Felix de Barros, Josiani Severino dos Santos Nogueira, Ligia Fukahori, Nayana Kathrin
7 Tanaka, Edsonia Jadma Marcelino de Souza, Gisélia Duarte Dias Paulino, Rosely Sonoda Gomes,
8 Martinha Clarete Dutra, Lucimar Rodrigues da Silva, Débora Campos Pereira, Rodrigo Santana
9 Cantessoto, Cláudio Roberto Rufino, Aparecida de Fátima G. Lemos, Alexandra Ciotto Rodrigues
10 Silva, Soraya de Paula Garcia de Campos, Ordália de Fátima Braganholi Ferreira, Ângela Maria
11 Zechim Luziano da Silva, Rejane R. Tavares Aragão, Carlos da Silva, Camila Marcolino, Leonardo
12 Aparecido Gomes. Tendo-se alcançado o quórum para a realização em primeira chamada, a
13 presidenta do Conselho Soraya de Paula Garcia de Campos, deu início à reunião às 13h40, saudando
14 os presentes e submetendo a seguinte pauta à aprovação plenária: 1- Apresentação e aprovação da
15 pauta; 2- Aprovação de Atas; 3- Emenda Parlamentar, Autoria do Deputado Federal Filipe Barros
16 Baptista; 4- Apresentação da atuação da mediação facilitação escolar e comunitária na perspectiva
17 intersetorial; 5- Oficina preparatória para as pré-conferências; 6- Retificação do Edital de convocação
18 da XIV-Conferência Municipal de Assistência Social; 7- Relato de Comissões; 8 – Informes. A pauta
19 apresentada foi aprovada com a supressão do item 2 – Aprovação de atas e, enquanto se aguardava
20 o quórum qualificado para a primeira pauta prevista, sobre a emenda parlamentar, houve a inversão
21 dos demais pontos subsequentes. Passou-se, então, primeiramente, ao ponto 4. Apresentação da
22 atuação da mediação facilitação escolar e comunitária na perspectiva intersetorial. A conselheira
23 Martinha, representante da Secretaria Municipal de Educação, e coordenadora dessa ação na referida
24 Secretaria, fez a apresentação do tema. Saudou os presentes e agradeceu a possibilidade de diálogo
25 com este colegiado. Informou que a mediação é política pública da Secretaria Municipal de
26 Educação em Londrina, aprovada pela Lei 12.988 de 20 de dezembro de 2019. Segundo ela, esse
27 trabalho, que se pauta no acompanhamento de crianças da unidade em situação de vulnerabilidade



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

28 social, foi iniciado em 2017, por meio de um teste de metodologia e de conceito, em uma escola da
29 região sul. É composto de dois eixos: a escuta ativa das crianças e a prevenção e enfrentamento da
30 evasão escolar. Referiu que à época havia todo um diálogo com a comunidade escolar para que se
31 provocasse uma mudança de concepção do projeto político pedagógico das unidades. Isso porque o
32 engajamento intersetorial nunca foi um direcionamento, uma orientação comum da política de
33 educação. Refletiu que o fenômeno social construído pela sociedade muito pouco é reconhecido
34 pela comunidade escolar, como se a educação fosse apartada desse processo e como se fosse
35 possível ministrar uma educação igual para todos. Mencionou que a educação é direito pessoal, mas
36 é obrigatória dos 4 aos 17 anos, sendo obrigação legal do Estado e da Sociedade provê-la e assegurá-
37 la. E questionou: “Como o direito se efetiva se a escola não reconhecer e valorizar a diversidade
38 humana nela presente? Como que tudo o que se expressa na vida das crianças e adolescentes pode
39 ser organizado no currículo? Quem coloca ponto a ponto? Qual a concepção pedagógica da escola
40 e como ela será traduzida na forma de transmitir os conteúdos?” A partir desses apontamentos,
41 referiu que não há um padrão hegemônico e, por isso, não é possível que sejam utilizados mesmos
42 formatos. Também salientou que a pobreza e a desigualdade são fatores que impactam no processo
43 da educação. E relatou que a discussão de como fazer o processo de 2017 se tornar um processo
44 ensaístico, foi objeto de um estudo realizado em 2018, para em 2019 ampliar e atender todas as 185
45 unidades educacionais da rede municipal de Londrina. Esse processo foi iniciado com 1 (uma)
46 professora mediadora por região. Teve início tímido que procurou primeiro identificar os
47 indicadores de evasão escolar e, junto às famílias, identificar os motivos, com a participação da
48 família como fio condutor para a busca de alternativas. Assim, eram inicialmente 4 (quatro) pessoas
49 nos territórios e 2 (duas) na gestão. Entretanto, relatou que, ao se iniciar, a demanda se mostrou
50 altíssima. As práticas restaurativas, a família educadora e outras metodologias fomentaram a
51 avaliação de que seria importante ampliar a equipe. Como resultado, por duas ocasiões o número de
52 professores mediadores foi dobrado. A equipe se integrou nos territórios, com a rede intersetorial e
53 de garantia de direitos, num trabalho mais conjunto, o que antes era subsidiário e não ocorria em
54 todas as unidades escolares. Isso mostrou a necessidade de maiores investimentos. Em 2019 foi
55 construída com as escolas uma ação importante, voltada à compensação de faltas. Essa ação consiste
56 em identificar as crianças e adolescentes com muitas faltas já no mês de junho (meio do período



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

57 letivo) para o desenvolvimento de um plano individual de atividade pedagógica que pudesse
58 representar a compensação de faltas. Nesse processo se busca a valorização, a escuta, o afeto, a
59 proteção, constituindo-se como espaço de troca. Obteve-se com esse processo 92% de êxito para o
60 retorno das crianças, com continuidade do seu curso formativo. A documentação escolar, entretanto,
61 identificou a impossibilidade de se registrar essa nova forma, sendo identificada a necessidade de
62 alterar o sistema educacional no Estado. As Juízas da Vara da Infância, a Promotora, a Secretária
63 de Educação e a Coordenadora do Programa, então, pautaram essa mudança, que de fato aconteceu,
64 com a inserção de um novo campo de registro no sistema de matrículas, para que essa ação fosse
65 formalizada, uma ação de garantia de direitos. As professoras passaram a notificar a violação de
66 direitos, com cuidados de sigilo em relação às unidades escolares, o que teve grande impacto, com
67 muitas crianças trazendo relatos de violência. A partir daí foi possível que se realizassem ações de
68 enfrentamento e prevenção nessa direção e um processo de articulação em rede. Em 2020 já eram
69 16 professoras. Então, veio a pandemia e o grupo passou a se perguntar: “o que fazer?” O desafio
70 se colocava, especialmente com as crianças da educação infantil e da modalidade 1. Novamente a
71 equipe de mediação foi “dobrada”, para se fazer mais presente nas casas das crianças e acompanhar
72 neste tempo de distanciamento social e suspensão de aulas presenciais. A equipe passou a atender
73 as crianças em suas próprias residências, e levava as cestas de alimentos em muitas circunstâncias
74 como forma de garantir a segurança alimentar para a criança e a família. De março a novembro
75 foram realizadas quase 25.000 visitas. A ênfase foi mais na notificação de violências e na escuta das
76 crianças. Fortaleceu-se a parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e com
77 o Conselho Tutelar - CT. Houve a disponibilização do sistema IRSAS para acesso via telefone
78 celular. 2021 veio com algumas perspectivas que, em razão da disseminação do vírus ter se
79 agudizado, estão passando por revisão. Neste ano foram já foram realizadas, até o momento, 9.732
80 visitas, além de apoio presencial alternado. Tem-se realizado a busca ativa coletiva para que
81 nenhuma criança fique para trás. São realizadas 3 horas de atividades com as crianças – 1 vez por
82 semana, em média, sendo 2 vezes por semana para quem tem maior vulnerabilidade. É servido
83 almoço completo, inclusive com fruta. O CMDCA aprovou essa proposta, que tem se constituído
84 em instrumento precioso para atuação de maneira mais uníssona. Isso colocou em pauta um assunto
85 que não era debatido anteriormente – o de fortalecer o vínculo das famílias com a aprendizagem.



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

86 Também das crianças. A avaliação é de que a mediação é um instrumento de luta coletiva, sendo
87 preciso que nos identifiquemos como agentes públicos que devem gerar transformação. A
88 intersectorialidade é um conceito importante nesse processo. Mas também nos identificarmos com a
89 população em geral. É preciso reconhecer que a meritocracia é uma enganação criada pela sociedade
90 elitizada. Que devemos aprendermos juntos e fortalecer essa ação compartilhada. Referiu que a
91 mediação é parte do trabalho amplo na cidade. Feitas essas colocações, Martinha finalizou a
92 exposição e informou que disponibilizará materiais por meio da secretaria executiva. A presidenta
93 Soraya agradeceu e abriu para considerações, questionamentos e debate, registrando os
94 apontamentos feitos via chat, que enfatizaram a relevância dessa ação. A secretária de Assistência
95 Social Jacqueline Micali, pediu a fala e esclareceu que a cesta é um benefício social, afixado pela
96 política de assistência social e que, as cestas concedidas pela educação foram adquiridas por meio
97 de um pregão, com recursos do fundo de assistência social, sendo necessária a avaliação técnica do
98 assistente social, como preconizado por lei. Salientou ser necessário o trabalho em conjunto da
99 assistência com a educação, no que tange às crianças de famílias mais vulneráveis, para potencializar
100 e buscar a ação transversal, para a superação das vulnerabilidades. Referiu que o fluxo de
101 atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência, foi produto de vários atores de diversas
102 secretarias, uma produção coletiva, pela via do CMDCA, que abrange toda a rede de atendimento.
103 Aludiu ser importante, nas formações dos mediadores, os atores da rede estarem presentes, como
104 assistência e saúde, para contribuírem nessa formação. Soraya solicitou maiores informações quanto
105 à atuação em rede e Martinha reforçou que tudo o que se desenvolve durante a pandemia se reveste
106 de articulação muito próxima pelas diversas secretarias, exemplificando que a gestão dos benefícios
107 é feita pela Secretaria de Assistência Social - SMAS, com o apoio da Secretaria Municipal de
108 Educação - SME para a chegada destes às famílias; que a Secretaria Municipal de Saúde - SMS faz
109 a gestão das vacinas, e a Secretaria Municipal de Educação - SME auxilia nos processos de acesso.
110 Além dessa atuação, a rede também estabelece pautas a cada momento de debates e integração.
111 Promove-se estudos de caso, que levam à construção de intervenções articuladas e também às
112 divisões de tarefas necessárias. Avalia que esse trabalho articulado tem sido um grande aprendizado,
113 pois muitas vezes há a naturalização de processos que são violentos e que, sem que os agentes
114 percebam, acabam por reproduzir. Esse espaço tem sido precioso para a identificação das



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

115 vulnerabilidades e das potencialidades. Busca é que se mantenha esse padrão de acompanhamento
116 para que a proteção seja integral. Soraya perguntou se os professores mediadores estão presentes
117 em todas as reuniões de rede nos diferentes territórios e, se há processo semelhante no Estado.
118 Edsonia considerou a satisfação de ouvir a apresentação que traz grande empolgação e crença nesse
119 processo. Enfatizou a importância de pensarmos a grande questão sobre o acesso à internet neste
120 tempo em que muitas das questões se utilizam dos meios virtuais. Também sobre a sobrecarga e
121 dificuldades para as famílias, as instabilidades financeiras e emocionais. Referiu à ausência de um
122 olhar dos governos sobre uma forma macro de democratização dos acessos à tecnologia. E
123 considerou que, para nós, enquanto políticas sociais públicas, há a exigência de que nos
124 aproximemos cada vez mais, pois a pobreza e a desigualdade crescentes nos desafiam, havendo a
125 necessidade de que busquemos estratégias para reunir forças maiores e também a ação cada vez
126 mais conjunta. Concluiu refletindo que não podemos deixar que as famílias fiquem cada vez mais
127 fragilizadas. Josiani referiu que no ano de 2020, 30% das notificações recebidas pelos CREAS foram
128 oriundas da Educação, por meio dos professores mediadores. Que hoje estão com um quantitativo
129 de profissionais na mediação maior do que a equipe de CREAS, que são 28. Avaliou a necessidade
130 de serem construídos fluxos e protocolos para esses processos integrados. Perguntou se há um
131 quantitativo identificado de famílias que foram atendidas na pandemia, considerando que é
132 importante que esse número seja levado para os CREAS e apresentando a preocupação com o
133 momento posterior à pandemia para definição de estratégias integradas de trabalho. Jacqueline
134 questionou quanto ao número de visitas realizadas por dia e sobre qual a forma de acompanhamento,
135 se totalmente presencial. Samia parabenizou Martinha e declarou ser uma satisfação poder partilhar
136 os instrumentos, como o IRSAS com esse trabalho e salientou o que foi ponderado pela Josiani, em
137 relação à necessidade de assegurar o retorno à escola para todas as crianças e adolescentes com até
138 18 anos. A palavra foi passada para a conselheira Martinha que respondeu que o atendimento é
139 100% presencial. Em relação à consideração da Edsonia, ponderou a questão do Fundo Público, que
140 é das três esferas, mas que o Governo Federal tem o FUST – Fundo de Universalização das
141 Telecomunicações e já poderia ter universalizado o acesso à tecnologia. Entretanto ainda não o fez.
142 Nesse sentido, lamentou não contarmos com o orçamento redistributivo e referiu que, se o governo
143 federal se colocasse de maneira mais diretamente nesse tipo de enfrentamento, já teria sido possível



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

144 aprimorar esses acessos. Agradeceu à Samia pela parceria, visto que são as mesmas famílias
145 atendidas em ambas políticas. Em relação ao que Josiani falou, informou que têm feito médias de
146 3.000 visitas por mês, com acompanhamento das famílias. Sobre a participação na rede, afirma que
147 sim, que têm havido essa participação, religiosamente e que tem participado da gestão colegiada das
148 redes. No que tange à rede estadual, informou que foi proposto que Londrina tivesse um projeto-
149 piloto, com o apoio da rede municipal. Entretanto, relatou que pouquinhos frutos desse processo
150 foram colhidos no início deste ano, visto estar sendo formado um grupo no estado para compor as
151 redes. A demanda é que a equipe seja ampliada para atuar nos territórios, visto que as questões na
152 rede estadual se ampliam de forma muito significativa. Ações de enfrentamento ao bullying são
153 necessárias com maior intensidade, especialmente na transição das crianças para a rede estadual.
154 Considerou que a polarização atual na sociedade brasileira se reflete muito nas relações de rede, que
155 há grandes desafios e a necessidade de capacidade de enfrentamento e, até, de generosidade. Referiu
156 que, durante a pandemia, alguns dias a equipe fica na secretaria presencialmente, em outros em
157 teletrabalho. Concluindo sua intervenção, Martinha se colocou à disposição e informou o e-mail
158 para eventuais necessidades e/ou dúvidas: comai@londrina.pr.gov.br. Soraya agradeceu, informou
159 que ficamos no aguardo do material e que, se necessário, poderá ser novamente pautada a discussão.
160 Passou, na sequência, ao debate do ponto sobre a Emenda Parlamentar do deputado Filipe Barros
161 Baptista. A Gerente de Gestão da Informação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Samia
162 Mustafa, fez a informação de que é nessa gerência que chegam as questões sobre a destinação de
163 emendas. Compartilhou sua tela, com a apresentação de indicação do deputado Filipe Barros quanto
164 à emenda proposta na ação orçamentária “Estruturação da rede de Serviços de Assistência Social”
165 no valor total de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para
166 cada uma das seguintes entidades: ILES, ILECE, APAE, APSDown, Instituto Roberto Miranda,
167 Asilo São Vicente de Paulo, Lar Anália Franco e Instituto União para Vitória. Samia apontou,
168 entretanto, que foram identificadas algumas situações que interferem na possibilidade de execução
169 da emenda na totalidade das indicações feitas pelo deputado. Das entidades indicadas como
170 destinatárias, uma (o ILES) não possui o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – o
171 CNEAS, que é documento obrigatório para o recebimento de recursos de emendas; outras não
172 prestam serviços tipificados, por serem de defesa e garantia de direitos, sendo o caso do ILECE, da



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

173 APAE, da APSDown e do Instituto Roberto Miranda. Apenas três entidades executam serviços
174 tipificados, o Asilo São Vicente de Paulo, o Lar Anália Franco e o Instituto União para Vitória
175 Mencionou que foi feita consulta e solicitada orientação ao Fundo Nacional de Assistência Social
176 quanto a essa situação e que o FNAS respondeu, disponibilizando alguns materiais, como o Guia
177 para a proposição de emendas e a Portaria 580/2020, que regulamenta o repasse de emendas a
178 entidades do município, normas essas que estabelecem que apenas serviços tipificados podem ser
179 destinatários de emendas e que o CNEAS é uma exigência. Mostrou o e-mail de resposta. Samia,
180 ao concluir essa explanação, referiu que, portanto, parte da rede indicada pelo deputado não
181 corresponde aos critérios estabelecidos. Jacqueline pediu a palavra e reforçou a necessidade de que
182 discussões sobre as demandas para emendas sejam debatidas neste conselho, evitando que haja
183 buscas individualizadas. Isso porque essa situação leva, muitas vezes, à necessidade de alocação de
184 recursos municipais para contrapartidas. Avaliou ser necessário que as pautas sejam mais
185 coletivizadas pois hoje as questões não refletem necessidades maiores da política pública. A
186 assistente social Marilza, do SOS, informou que na gestão anterior do conselho, ainda quando a
187 presidente era Neusa Tiba, foi feita uma reunião com os assessores de parlamentares, encaminhando
188 que houvesse a indicação direta das entidades aos parlamentares quanto a sua demanda. Referiu
189 que, a partir daí, o deputado Filipe fez contato com o SOS e houve a proposição de emenda para
190 reforma da unidade. Josiani, resgatando as questões indicadas pela Samia salientou que, pelas
191 normas da política de assistência social, defesa de direitos não é serviço tipificado, não havendo a
192 possibilidade de quem tem inscrição nessa modalidade acessar os recursos. Reafirmou que apenas
193 as três que prestam serviços tipificados podem acessá-los. Sugere que o Conselho faça a retomada
194 dessas questões para encaminhar e abordou a dificuldade quanto a eventuais contrapartidas. Como
195 encaminhamento propõe que sejam indicadas prioridades do município para a aplicação dos R\$
196 500.000,00 (quinhentos mil reais) que não poderão ser destinados às entidades que não
197 correspondem aos critérios. Samia enfatizou que muitas vezes essa situação das emendas reproduz
198 uma questão individual e, por muitas vezes, injusta, pois se acaba destinando recursos tanto da
199 emenda quanto da contrapartida para uma entidade cuja necessidade não passou por avaliação geral
200 junto às demais prioridades da política municipal de assistência social. A conselheira Angela
201 parabenizou Samia pela apresentação, didática e caminhou na mesma direção da Jacqueline e da



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

202 Josiani, dizendo da importância de se propor que a tramitação seja no rito correto. Samia trouxe a
203 proposição de se canalizar o recurso para prioridades indicadas no Plano Municipal e no PPA,
204 destacando a necessidade de estruturar mais uma unidade de CRAS na região Leste, em razão das
205 demandas da região, que tem mais de 25.000 famílias, e conta com apenas uma unidade de CRAS.
206 Propõe fazer consulta ao Gabinete do Deputado sobre a possibilidade de destinação dos valores para
207 essa construção. Retomou, então, que as três entidades que executam serviços tipificados podem ser
208 contempladas, mas que se faz necessário debater sobre a oferta ou não de contrapartida,
209 considerando essa despesa não estar prevista no orçamento do Fundo Municipal e, ainda, a inflação,
210 que altera sobremaneira os valores a cada ano. Jacqueline reforçou a necessidade de buscarmos as
211 emendas por “grandes frentes”, fortalecendo a unidade do SUAS e referindo que o usuário não se
212 fortalece com emendas picadas. Apresentou a proposta de se tirar agendas únicas a partir de debates
213 e amadurecimentos no conselho. O conselheiro Cláudio Rufino comentou sobre a necessidade de
214 atenção quanto à proposição de ações que desencadeiem gastos permanentes e perguntou se a
215 construção da unidade de CRAS proposta não traria essa questão. A conselheira Gisele reforçou a
216 importância de o Conselho se apropriar desse tipo de discussão, com conteúdo para informar, formar
217 e articular. E também para que não corramos o risco de orientar de forma equivocada e nos
218 depararmos com situação como a que hoje enfrentamos. Quanto à nova unidade na região Leste,
219 salientou que a Secretaria Municipal poderia, inicialmente, trabalhar com remanejamentos das
220 equipes existentes, de modo a aproximar parte do grupo já atuante na região dos territórios
221 atendidos, não havendo imediatamente a geração de novos gastos. Finalizada essa discussão foi
222 aprovada a destinação para as instituições que correspondem aos critérios e a aplicação do restante
223 dos valores na construção do CRAS Leste, promovendo articulação com o gabinete do deputado
224 sobre essa possibilidade de reaplicação do restante do recurso. Deu-se continuidade à reunião,
225 retomando-se considerações feitas por Janaina Messias no chat da reunião acerca da vacina, nas
226 quais questiona sobre os critérios para a definição de quem seria vacinado. Pergunta se há a
227 possibilidade de reavaliação. Suas questões se centram no esclarecimento dos critérios que foram
228 utilizados para vacinar somente quem tem convenio na secretaria e não todos os trabalhadores de
229 entidades inscritas no conselho. Jacqueline Micali referiu que o Estado trouxe uma emenda
230 acrescentada no Plano Estadual de Imunização descrevendo as unidades que poderiam ser



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

231 vacinadas. Relatou que o programa de Aprendizagem não estava nesse rol, mas falou da lei
232 municipal assinada para o tempo da pandemia e que trouxe a condição de extensão das unidades
233 públicas para as entidades que têm parceria. Informou também que todos os assistentes sociais
234 tiveram seu cadastro liberado, porém ainda não foram completamente validados. O que está sendo
235 tentado agora e que é o motivo do contato que está sendo realizado pela Secretária Executiva do
236 Conselho às entidades que não haviam sido inseridas no rol da vacina, é que todas as entidades que
237 têm inscrição no conselho de assistência social tenham a vacinação para seus trabalhadores. Assim
238 que tivermos o número de profissionais, será feita planilha a ser enviada à Saúde. Além disso, está
239 sendo buscado que também assistentes sociais de outras estruturas sejam vacinados. Janaina
240 agradeceu os esclarecimentos. Ao final da discussão sobre a vacina, o conselheiro Carlos
241 manifestou-se dizendo que estamos vendo já, há um ano e quatro meses, as pessoas apavoradas, não
242 vendo a hora de tomar a vacina, e que, no Brasil, este processo “está a passo de tartaruga”.
243 Questionou o fato de pessoas sem documentação não poderem tomar a vacina e avaliou que tem
244 gente furando a fila. Na sequência, a presidenta Soraya apresentou o próximo ponto da pauta,
245 relativo à Retificação do Edital de convocação da XIV Conferência Municipal de Assistência Social.
246 A secretária executiva Selma fez a apresentação. Estão sendo alterados os seguintes pontos: a
247 plataforma a ser utilizada, que antes era o “teams” passará a ser o “google.meet”; estão sendo
248 incluídas duas pré-conferências, a de prestadores de serviços e a dos gestores públicos; o número de
249 delegados de cada pré-conferência de usuários e trabalhadores deverá ser, *preferencialmente o*
250 *mínimo de 5 (cinco)*. As alterações foram aprovadas pela plenária. Ainda sobre o edital, houve a
251 proposição de inversão das datas previstas para a pré dos trabalhadores, para 21/06 e dos prestadores
252 de serviços para 25/06, de forma que a professora Denise – colaboradora na Comissão Organizadora
253 da conferência, possa mediar as discussões. Esse encaminhamento foi aprovado. Em relação ao
254 ponto referente à Oficina preparatória para as pré-conferências, avaliou-se não haver condições para
255 fazê-lo completamente neste momento, sendo assim, realizada breve abordagem com as
256 informações e orientações gerais quanto às prés. Foi, assim, apresentado o roteiro a ser seguido, o
257 qual será disponibilizado a todos e todas, com breve explanação dos pontos. Foi informado que os
258 “podcasts” estão sendo produzidos e que o primeiro foi mandado no chat para conhecimento de
259 todos e todas. Soraya retomou a organização da primeira pré-conferência, falou da importância de



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

260 toda a contribuição possível. Informou que a pré-conferência da região leste será no dia da nossa
261 reunião ordinária e que, portanto, é preciso deliberarmos sobre essa alteração, e também sobre a
262 reunião que coincidirá com a conferência (28/07). Em razão disso, foi proposto agendar reunião
263 extraordinária para 18/06/2021 para a apresentação do PPA – às 13h30. Tanto a não realização das
264 reuniões ordinárias foi aprovada quanto a realização da extraordinária no dia proposto. O
265 conselheiro Carlos disse que recebeu uma informação da Sandra Nishimura, como assessora da
266 vereadora Lenir de Assis, e pergunta de que se trata. Soraya explicou que se trata de gestões e
267 manifestações feitas pela vereadora acerca de matérias relativas à política de assistência social junto
268 a órgãos externos, e que está dando retorno ao conselho. Passou-se ao relato de comissões. A
269 comissão de fundo informa que se reuniu apenas para a discussão da emenda, já pautada e as demais
270 comissões não se reuniram. A conselheira Gisele retomou a questão dos *podcasts*, registrando o
271 agradecimento ao profissional Edson, que fez gratuitamente a locução, e a todos e todas que
272 gravaram áudios. Soraya respondeu questão feita por representante do Instituto Roberto Miranda,
273 por meio do chat, em que pede desculpa pela interrupção neste momento, justifica que perdeu a
274 discussão e solicita informação quanto ao que foi deliberado quanto à emenda do deputado Filipe
275 Barros pois o Instituto foi contemplado com 100 mil reais. A conselheira Gisele retomou o que foi
276 debatido e informou do impedimento de se transferir esses recursos para o Instituto Roberto
277 Miranda, explicando os motivos que foram expostos. Soraya complementou dizendo que as
278 instituições que não poderão acessar via assistência social poderão buscar as outras políticas a que
279 são vinculadas com pleitos dessa natureza. Thaís perguntou sobre notícias de emenda para o
280 CEPAS, tendo sido informada de que ainda não chegou essa informação. Concluída a discussão da
281 pauta proposta, a presidenta do conselho deu por encerrada a reunião e eu, Gisele de Cássia Tavares,
282 lavrei a presente ata, que deverá ser submetida à aprovação da plenária.